

29-09-2010

Edifício confiscado em 1910

Provedor de Justiça insiste na restituição de igreja

O provedor de Justiça, Alfredo José de Sousa, escreveu ao presidente da Assembleia da República pedindo a restituição da igreja de Santo António de Campolide (Lisboa) aos seus paroquianos, sem que daí advenha «qualquer encargo» para estes.



DR

Este responsável apela a Jaime Gama e pede que o Parlamento tome uma posição sobre este assunto, por se sentir «inconformado» com o facto de o ministro das Finanças ter decidido não acatar uma recomendação que Alfredo José de Sousa lhe enviara em Julho deste ano.

Na carta dirigida ao presidente da Assembleia da República – a segunda figura da hierarquia do Estado – o provedor recorda que «a proximidade das comemorações oficiais do Centenário da República» são motivo «para não retardar» a tomada de conhecimento pela Assembleia da República de uma medida que «permitiria reparar um dos excessos cometidos há precisamente 100 anos, com efeitos que se arrastaram até aos nossos dias».

A carta tem em mente o confisco, por parte do Estado, dos bens pertencentes à Companhia de Jesus, ocorridos a 8 de Outubro de 1910, três dias depois de ter sido proclamada a República.

Segundo comunicado do gabinete do provedor de Justiça, divulgado ontem, Alfredo José de Sousa «tem o maior empenho na resolução deste assunto por ocasião das comemorações do centenário da República».

Em 1993 e já em avançado estado de degradação, o imóvel foi classificado como sendo de interesse público.

O provedor de Justiça também endereçou cartas ao presidente da comissão nacional para as comemorações do centenário da República, ao Cardeal-Patriarca de Lisboa e ao primeiro-ministro.